

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	46
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.304.516
Preferenciais	78.872.822
Total	188.177.338
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	617.962	626.082
1.01	Ativo Circulante	158.985	164.515
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	30.562	81.262
1.01.02	Aplicações Financeiras	39	34
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	39	34
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	39	34
1.01.03	Contas a Receber	121.955	61.761
1.01.03.01	Clientes	121.955	61.761
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.556	20.658
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.556	20.658
1.01.07	Despesas Antecipadas	350	511
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	523	289
1.01.08.03	Outros	523	289
1.02	Ativo Não Circulante	458.977	461.567
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	20.854	20.713
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	347	297
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	347	297
1.02.01.06	Tributos Diferidos	6.851	6.789
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.851	6.789
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	8.284	8.284
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	8.284	8.284
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.372	5.343
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	3.329	3.300
1.02.01.09.07	Outros investimentos	2.043	2.043
1.02.03	Imobilizado	435.597	438.301
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	427.170	430.626
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	8.427	7.675
1.02.04	Intangível	2.526	2.553
1.02.04.01	Intangíveis	2.526	2.553
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.454	2.473
1.02.04.01.02	Direito de uso software	72	80

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	617.962	626.082
2.01	Passivo Circulante	64.679	100.876
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.089	3.016
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.089	3.016
2.01.02	Fornecedores	17.080	8.435
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.080	8.435
2.01.03	Obrigações Fiscais	17.155	68.080
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	17.108	68.033
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	15.646	66.324
2.01.03.01.02	PIS e COFINS a pagar	1.093	1.335
2.01.03.01.03	INSS a pagar	327	332
2.01.03.01.04	Outros	42	42
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	47	47
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	9.240	3.803
2.01.04.02	Debêntures	9.240	3.803
2.01.05	Outras Obrigações	4.707	5.350
2.01.05.02	Outros	4.707	5.350
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.374	1.374
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	1.400	2.133
2.01.05.02.05	Uso do bem público	1.670	1.670
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	263	173
2.01.06	Provisões	12.408	12.192
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.625	3.525
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	7	8
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.321	3.233
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	297	284
2.01.06.02	Outras Provisões	8.783	8.667
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	8.783	8.667
2.02	Passivo Não Circulante	214.313	214.776
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	199.837	199.798
2.02.01.02	Debêntures	199.837	199.798
2.02.02	Outras Obrigações	13.528	14.030
2.02.02.02	Outros	13.528	14.030
2.02.02.02.03	Uso do bem público	12.185	11.883
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	1.254	1.980
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	89	167
2.02.04	Provisões	948	948
2.02.04.02	Outras Provisões	948	948
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	948	948
2.03	Patrimônio Líquido	338.970	310.430
2.03.01	Capital Social Realizado	25.000	25.000
2.03.02	Reservas de Capital	80.174	80.174
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	18.182	18.182
2.03.02.07	Reserva de incentivo fiscal	61.992	61.992
2.03.04	Reservas de Lucros	205.256	205.256
2.03.04.01	Reserva Legal	21.000	21.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	139.192	139.192
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	45.064	45.064
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	28.540	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	85.972	76.933
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-35.272	-40.974
3.03	Resultado Bruto	50.700	35.959
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.101	-5.109
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.101	-5.109
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	47.599	30.850
3.06	Resultado Financeiro	-4.052	-1.651
3.06.01	Receitas Financeiras	2.668	3.124
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.720	-4.775
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	43.547	29.199
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.007	-10.019
3.08.01	Corrente	-15.372	-10.026
3.08.02	Diferido	365	7
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	28.540	19.180
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	28.540	19.180
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,14000	0,18000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	28.540	19.180
4.03	Resultado Abrangente do Período	28.540	19.180

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-49.893	39.904
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	53.024	36.175
6.01.01.01	Lucro líquido do período (antes dos impostos)	43.547	29.199
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	3.483	3.145
6.01.01.04	Variações Monetárias e Cambiais e Juros de Longo Prazo, Líquidas	5.879	4.005
6.01.01.06	Provisão (Reversão) para Contingências Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	115	-174
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-102.917	3.729
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes e Outros	-60.194	-76
6.01.02.03	Impostos e Contribuições Sociais a Recuperar	14.122	-12.125
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-29	10
6.01.02.07	Despesas Pagas Antecipadamente	161	91
6.01.02.09	Outros Ativos	-234	3.740
6.01.02.10	Fornecedores	8.645	16.319
6.01.02.11	Salários e Encargos a Pagar	1.073	534
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	-1.459	-1.361
6.01.02.15	Impostos e Contribuições Sociais a Recolher	-65.014	-3.444
6.01.02.19	Outros Passivos	12	41
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-807	-3.289
6.02.02	No Imobilizado	-752	-692
6.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	-55	-2.504
6.02.04	No Intangível	0	-93
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-50.700	36.615
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	81.262	172.366
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	30.562	208.981

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	25.000	80.174	205.256	0	0	310.430
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	25.000	80.174	205.256	0	0	310.430
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.540	0	28.540
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.540	0	28.540
5.07	Saldos Finais	25.000	80.174	205.256	28.540	0	338.970

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	105.000	80.174	213.340	0	0	398.514
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	105.000	80.174	213.340	0	0	398.514
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	19.180	0	19.180
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.180	0	19.180
5.07	Saldos Finais	105.000	80.174	213.340	19.180	0	417.694

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	90.324	80.653
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	90.324	80.653
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-26.830	-37.092
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.830	-37.092
7.03	Valor Adicionado Bruto	63.494	43.561
7.04	Retenções	-3.483	-3.145
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.483	-3.145
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	60.011	40.416
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.668	3.124
7.06.02	Receitas Financeiras	2.668	3.124
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	62.679	43.540
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	62.679	43.540
7.08.01	Pessoal	4.880	3.431
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.636	2.442
7.08.01.02	Benefícios	812	635
7.08.01.03	F.G.T.S.	208	227
7.08.01.04	Outros	224	127
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.367	15.809
7.08.02.01	Federais	22.367	15.809
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.892	5.120
7.08.03.01	Juros	6.720	4.775
7.08.03.02	Aluguéis	172	345
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	28.540	19.180
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	28.540	19.180

Comentário do Desempenho



Comentário de Desempenho

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Itapebi Geração de Energia S/A é uma empresa de capital aberto que opera a Usina Hidrelétrica (UHE) de Itapebi, localizada no rio Jequitinhonha, divisa dos estados da Bahia e de Minas Gerais.

A UHE Itapebi conta com 03 (três) unidades geradoras de potências iguais e opera à fio d'água. As turbinas hidráulicas são tipo Francis e a barragem é do tipo enrocamento com face de concreto. A energia assegurada da usina é de 214,3 MW médios. A ANEEL, através do Despacho Nº 3.095 de 4 de outubro de 2012, registrou uma nova Potência Instalada para a UHE Itapebi passando de 450MW para 462,011 MW.

Em dezembro de 2013, a Termopernambuco iniciou o processo de aquisição de 58% da Itapebi Geração de Energia S/A, sua Coligada no Grupo Neoenergia, com a aquisição das ações do BB - Banco de Investimentos S/A (19%), da PREVI – Caixa de Previdência do Banco do Brasil (16,4%) e da Iberdrola Energia S/A (22,6%). O processo foi finalizado em fevereiro de 2014, conforme o fato relevante publicado em 12 de fevereiro de 2014. A base acionária da Itapebi, após o processo, ficou composta pela Neoenergia e Termopernambuco respectivamente com 42% e 58%.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

A UHE Itapebi apresentou índices de disponibilidade e confiabilidade acumulado nos três primeiros meses de 96,71% e 96,73 %, respectivamente. A geração de energia totalizou 357.707,85 MWh, que corresponde a 19,05% da garantia física.

3. INVESTIMENTOS

Neste primeiro trimestre a Itapebi efetuou investimentos de R\$ 752 mil, destacando-se R\$ 314 mil com recuperação asfáltica e alargamento do acostamento, R\$ 224 mil com o levantamento topográfico e R\$ 11 mil com a compra de um transformador trifásico para a usina.

Comentário do Desempenho

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico-Financeiros	1T13	1T14	Varição 1T14/1T13
Receita Operacional Bruta (R\$ Mil)	80.653	90.324	12,0%
Receita Operacional Líquida (R\$ Mil)	76.933	85.972	11,7%
EBITDA (R\$ Mil)	33.995	51.082	50,3%
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ Mil)	30.850	47.599	54,3%
Resultado Financeiro (R\$ Mil) - Exceto JSCP	-1.651	-4.052	-145,4%
Lucro Líquido (R\$ Mil)	19.180	28.540	48,8%
Ativo Total (R\$ Mil)	747.159	617.962	-17,3%
Investimentos (R\$ Mil)	785	752	-4,2%
Dívida Bruta (R\$ Mil)	205.989	209.077	1,5%
Dívida Líquida (R\$ Mil) *	-10.117	178.129	1860,7%
Patrimônio Líquido (R\$ Mil)	417.694	338.970	-18,8%

Indicadores Econômico-Financeiros

Margem EBITDA	44,19%	59,42%	15,2 p.p.
Margem EBIT	40,10%	55,37%	15,3 p.p.
Margem Líquida	24,93%	33,20%	8,3 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA**	-0,05	0,71	6,17%
Índice de Endividamento Líquido	-2,48%	34,45%	36,9 p.p.

* Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

** EBITDA 12 meses

p.p - pontos percentuais

4.1. Resultado do Trimestre

Demonstração de Resultado - R\$ mil	1T13	1T14	Varição
Receita Bruta	80.653	90.324	12,0%
Deduções da Receita Bruta	-3.720	-4.352	17,0%
Receita Líquida	76.933	85.972	11,7%
Custos de bens e/ou serviços vendidos	-40.974	-35.272	-13,9%
Resultado Bruto	35.959	50.700	41,0%
Despesas com vendas/gerais e administrativas	-5.109	-3.101	-39,3%
Resultado do Serviço	30.850	47.599	54,3%
(-) Amortização / Depreciação	3.145	3.483	10,7%
EBITDA	33.995	51.082	50,3%
Resultado financeiro	-1.651	-4.052	145,4%
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	29.199	43.547	49,1%
IRPJ e CSLL	-10.019	-15.007	49,8%
Lucro (Prejuízo) líquido	19.180	28.540	48,8%

Comentário do Desempenho

4.1.1. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta- R\$ mil	1T13	1T14	Varição
Fornecimento de Energia Elétrica	80.653	87.007	8%
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE/MRE	0	3.317	-
Total	80.653	90.324	12,0%

A Itapebi apresentou no primeiro trimestre de 2014, uma a Receita Bruta de R\$ 90,3 milhões um aumento de R\$ 9,7 milhões quando comparado ao primeiro trimestre de 2013, que foi de R\$ 80,7 milhões. Esse aumento foi impactado, principalmente pelo reajuste do contrato de fornecimento de energia de 8,0%.

4.1.2. Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Operacionais - R\$ mil	1T13	1T14	Varição
Custos e despesas não-gerenciáveis:	35.839	25.960	-27,6%
Energia elétrica comprada para revenda	26.870	17.393	-35,3%
Encargos de uso do sistema de transmissão/distribuição	7.780	6.525	-16,1%
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica - TFSEE	222	216	-2,7%
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	967	1.826	88,8%
Custos e despesas gerenciáveis:	10.244	12.413	21,2%
Pessoal e administradores	4.097	5.716	39,5%
Material	83	118	42,2%
Combustível para produção de energia	2.112	2.294	8,6%
Serviços de terceiros	3.145	3.483	10,7%
Amortização / Depreciação	-98	0	-
Outros	905	802	-11,4%
Total	46.083	38.373	-16,7%

Conforme demonstrado no quadro acima os custos e despesas operacionais sofreram uma redução de R\$ 7.610 mil, quando comparado ao mesmo período de 2013, impactado, principalmente, pela redução na compra de energia para revenda, que foi maior em 2013, visto que no ano em questão a Companhia gerou menos energia.

4.1.3. Resultado Financeiro Líquido

Resultado Financeiro - R\$ mil	1T13	1T14	Varição
Renda de aplicações financeiras	3.075	2.639	-14,2%
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidos)	-3.862	-5.731	-48,4%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	-864	-960	-11,1%
Total	-1.651	-4.052	-145,4%

No primeiro trimestre de 2014, a Companhia apresentou um Resultado Financeiro negativo de R\$ 4,05 milhões, representando um aumento de R\$ 2,4 milhões quando comparado ao mesmo período de 2013. O principal fator para a variação do Resultado Financeiro foi a elevação dos Juros da dívida devido ao aumento de 3,34 p.p. no CDI médio em relação ao primeiro trimestre do ano passado.

Comentário do Desempenho

5. ENDIVIDAMENTO

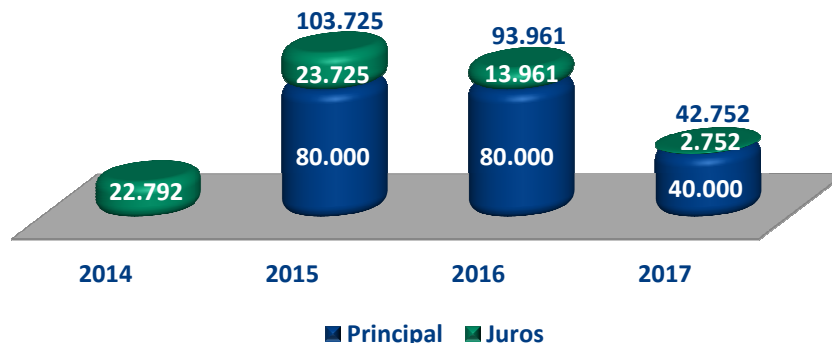
A Itapebi possui somente uma dívida, a sua 3ª emissão de debêntures que foi realizada em 2011 em apenas uma série que conta com o aval da Neoenergia, no valor de R\$ 200.000 mil. O custo desta emissão foi de 111% do CDI, sua amortização terá início em 2015 e vencimento em 2017. O saldo devedor desta emissão em 31/03/2014 é de R\$ 209.077 mil.

A dívida bruta da Companhia passou de R\$ 205.989 mil em 31 de março de 2013 para R\$ 209.077 mil em 31 de março de 2014, portanto, um acréscimo de 1,5%.

A dívida líquida da Itapebi (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou o primeiro trimestre de 2014 com R\$ 178.129 mil enquanto o trimestre anterior fechou com R\$ - 10.117 mil. Este acréscimo na dívida líquida ocorreu principalmente em função da redução de 85,7% do caixa e equivalentes de caixa que passou de R\$ 216.606 mil em 31 de março de 2013 para R\$ 30.948 em 31 de março de 2014.

O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de -0,05 em 31 de março de 2013 para 0,71 em 31 de março de 2014. A seguir é apresentado gráfico com o cronograma de vencimento da dívida e a respectiva segregação entre amortização do principal e dos juros.

Cronograma de Vencimento da Dívida (R\$ mil)



Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ÍNDICE

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2 - 3	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO	4	
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5	
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6	
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	7	
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	8	
1	INFORMAÇÕES GERAIS	8
2	ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
3	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9
4	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	9
5	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	10
6	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR	10
7	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS	11 - 14
8	DEPÓSITOS JUDICIAIS	14
9	IMOBILIZADO	15
10	INTANGÍVEL	16
11	FORNECEDORES	17
12	DEBÊNTURES E ENCARGOS	17 - 18
13	TAXAS REGULAMENTARES	19
14	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	19 - 22
15	PROVISÕES PASSIVAS	22
16	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22
17	RECEITA LÍQUIDA	22 - 23
18	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	23
19	SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	24 - 25
20	GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	25 - 31

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31/03/14	31/12/13
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	30.562	81.262
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	121.955	61.761
Títulos e valores mobiliários	5	39	34
Impostos e contribuições a recuperar	6	5.556	20.658
Despesas pagas antecipadamente		350	511
Outros ativos circulantes		523	289
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>158.985</u>	<u>164.515</u>
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	5	347	297
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	6.851	6.789
Depósitos judiciais	8	3.329	3.300
Outros ativos não circulantes		8.284	8.284
Investimentos		2.043	2.043
Imobilizado	9	435.597	438.301
Intangível	10	2.526	2.553
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>458.977</u>	<u>461.567</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>617.962</u></u>	<u><u>626.082</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31/03/14	31/12/13
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	17.080	8.435
Debêntures	12	9.240	3.803
Salários e encargos a pagar		4.089	3.016
Taxas regulamentares	13	1.400	2.133
Impostos e contribuições a recolher	14	17.155	68.080
Dividendos e juros sobre capital próprio		1.374	1.374
Provisões	15	12.408	12.192
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		1.670	1.670
Outros passivos circulantes		<u>263</u>	<u>173</u>
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>64.679</u>	<u>100.876</u>
NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	12	199.837	199.798
Taxas regulamentares	13	1.254	1.980
Provisões	15	948	948
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		12.185	11.883
Outros passivos não circulantes		<u>89</u>	<u>167</u>
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>214.313</u>	<u>214.776</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16	25.000	25.000
Reservas de capital		80.174	80.174
Reservas de lucro		160.192	160.192
Proposta de distribuição de dividendos adicional		45.064	45.064
Lucro/Prejuízo acumulado		<u>28.540</u>	<u>-</u>
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>338.970</u>	<u>310.430</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>617.962</u>	<u>626.082</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO
 (Em milhares de reais)

	Nota	Período de três meses findos em	
		31/03/14	31/03/13
RECEITA LÍQUIDA	17	85.972	76.933
CUSTOS DOS SERVIÇOS	18	(35.272)	(40.974)
LUCRO BRUTO		50.700	35.959
Despesas gerais e administrativas	18	(3.101)	(5.109)
LUCRO OPERACIONAL		47.599	30.850
Receitas financeiras		2.668	3.124
Despesas financeiras		(6.720)	(4.775)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		43.547	29.199
Imposto de renda e contribuição social	7	(15.007)	(10.019)
Corrente		(15.069)	(9.723)
Diferido		365	7
Amortização ágio e reversão PMIPL		(303)	(303)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		28.540	19.180
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO - R\$		1,14	0,18

A companhia não possui outros resultados abrangentes

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)

	Reserva de Capital		Reservas de Lucros		Lucros / Prejuízos Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal			
Saldo em 01 de janeiro de 2013	105.000	18.182	61.992	139.325	-	53.015	398.514
Lucro líquido do período	-	-	-	-	19.180	-	19.180
Saldo em 31 de março de 2013	105.000	18.182	61.992	139.325	19.180	53.015	417.694
	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reservas de Lucros	Lucros / Prejuízos Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicional	Total do Patrimônio Líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	25.000	18.182	61.992	139.192	45.064	310.430	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	28.540	28.540	
Saldo em 31 de março de 2014	25.000	18.182	61.992	139.192	45.064	338.970	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DOS FLUXOS DE CAIXA
 Períodos findos em 31 de março
 (Em milhares de reais)

	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Lucro líquido do período (antes dos impostos)	43.547	29.199
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Depreciação e amortização	3.483	3.145
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	5.879	4.005
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	115	(174)
	<u>53.024</u>	<u>36.175</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(60.194)	(76)
IR e CSLL a Recuperar	14.122	(17.130)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	-	5.005
Depósitos judiciais	(29)	10
Despesas pagas antecipadamente	161	91
Outros ativos	(234)	3.740
	<u>(46.174)</u>	<u>(8.360)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	8.645	16.319
Salários e encargos a pagar	1.073	534
Taxas regulamentares	(1.459)	(1.361)
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(6.220)	(5.619)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(58.794)	2.175
Outros passivos	12	41
	<u>(56.743)</u>	<u>12.089</u>
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	<u>(49.893)</u>	<u>39.904</u>
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(752)	(692)
Aquisição de intangível	-	(93)
Aplicação (resgate) em títulos e valores mobiliários	(55)	(2.504)
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(807)</u>	<u>(3.289)</u>
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	<u>(50.700)</u>	<u>36.615</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício	81.262	172.366
Caixa e equivalentes no final do exercício	30.562	208.981
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>(50.700)</u>	<u>36.615</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO VALOR ADICIONADO
 Períodos findos em 31 de março
 (Em milhares de reais)

	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	90.324	80.653
	<u>90.324</u>	<u>80.653</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	(17.393)	(26.870)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(6.544)	(7.781)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(2.893)	(2.441)
	<u>(26.830)</u>	<u>(37.092)</u>
Valor adicionado bruto	63.494	43.561
Depreciação e amortização	(3.483)	(3.145)
Valor adicionado líquido	<u>60.011</u>	<u>40.416</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.668	3.124
	<u>2.668</u>	<u>3.124</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u><u>62.679</u></u>	<u><u>43.540</u></u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações	2.344	1.661
Encargos sociais (exceto INSS)	208	227
Entidade de previdência privada	163	167
Auxílio alimentação	214	172
Convênio assistencial e outros benefícios	127	93
Provisão para férias e 13º salário	446	437
Plano de saúde	308	203
Indenizações trabalhistas	39	24
Participação nos resultados	684	334
Administradores	162	10
Outros	185	103
Subtotal	<u>4.880</u>	<u>3.431</u>
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	836	665
PIS/COFINS sobre faturamento	3.463	2.951
Imposto de renda e contribuição social	15.007	10.019
Obrigações intra-setoriais	2.911	1.958
Outros	150	216
Subtotal	<u>22.367</u>	<u>15.809</u>
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	6.720	4.775
Aluguéis	172	345
Subtotal	<u>6.892</u>	<u>5.120</u>
Remuneração de Capitais Próprios		
Lucro / Prejuízos	28.540	19.180
Subtotal	<u>28.540</u>	<u>19.180</u>
Valor adicionado distribuído	<u><u>62.679</u></u>	<u><u>43.540</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia foi constituída através de Ata de Assembléia Geral Extraordinária de 21 de janeiro de 1999, com a denominação social de ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. (“ITAPEBI”).

A ITAPEBI é uma empresa do Grupo Neoenergia, detentora da concessão federal para construir e explorar a Usina Hidrelétrica de Itapebi, tendo firmado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL o Contrato de Concessão de Uso de Bem Público, em 28 de maio de 1999, para exploração da referida área.

A Companhia iniciou as operações por intermédio do acionamento de sua 1ª turbina, no mês de fevereiro de 2003. No mês seguinte entrou em operação a 2ª turbina. Desde junho de 2003, com o acionamento da 3ª turbina, a Companhia passou a operar com o total de sua capacidade instalada, que é de 450 MW. A potência assegurada do aproveitamento hidrelétrico até então era de 419 MW correspondente à energia assegurada de 1.721.340 MW/ano.

Em maio de 2006, a ANEEL emitiu Parecer Técnico, nº 363/2006, concluindo favoravelmente pela emissão de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 37/1999 ANEEL – AHE ITAPEBI, visando estender o volume da energia assegurada de 1.721.340 MW/ano para 1.877.268 MW/ano.

A Companhia possui assegurados através de contratos de compra e venda mercantil de energia elétrica, os fornecimentos de volumes anuais de energia de 1.721.340 MW/h até o exercício de 2017, e 155.928 MWh/ano até o exercício de 2016 para a Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA.

Em 04 de outubro de 2012, a AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL – decidiu registrar a Potência Instalada de 462.011 kW e a Potência Líquida de 460.532 kW da UHE Itapebi, outorgada nos termos do Decreto s/nº de 08 de abril de 1999 e do Contrato de Concessão para Geração de Energia Elétrica nº 37/1999.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de conformidade

A demonstração contábil intermediária da Companhia relativa ao período findo em 31 de março de 2014 foi elaborada e está apresentada de acordo com CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC em conformidade com IAS 34 – Interim financial review.

2.2. Base de preparação

As práticas contábeis adotadas na preparação da demonstração contábil intermediária são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente a demonstração contábil intermediária contempla os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.,

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis intermediárias em 14 de maio de 2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Ref.	31/03/14	31/12/13
Caixa e Depósitos bancários à vista		152	137
Aplicações financeiras de liquidez imediata:			
Fundos de investimento	(a)	30.410	81.125
		<u>30.562</u>	<u>81.262</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

As aplicações financeiras são formadas, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, podendo conter diversos ativos tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

- (a) A variação é explicada principalmente pela compra de créditos de recebíveis conforme mencionado no item (c) da nota 4.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Ref.	31/03/14	31/12/13
Títulos a receber		29.955	58.945
Partes relacionadas (Nota 19)	(a)	29.955	58.945
Comercialização de energia na CCEE	(b)	-	2.816
Outros créditos	(c)	92.000	-
Total		<u>121.955</u>	<u>61.761</u>
Circulante		121.955	61.761

- (a) Referem-se substancialmente ao fornecimento de energia elétrica para a COELBA, e foram recebidos em 07 de abril de 2014.

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O contrato bilateral de compra e venda de energia com a COELBA possui vigência até 15 de abril de 2017, e estabelece o fornecimento anual de energia de 1.721.340 MW/h. A atualização se dá pela variação da IGP-M, adicionado a juros de 1% a.m. e multa de 2%.

De acordo com o contrato de compra e venda de energia do PPA – AHE Irapé, a Companhia possui assegurado o fornecimento de volumes anuais de energia de 155.928 MW/h, junto a COELBA, com vigência até 31 de outubro de 2016. A atualização dá-se pela variação do IGP-M.

- (b) Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. As transações foram registradas com base nas informações disponibilizadas pela CCEE.
- (c) Refere-se a contrato de subcessão de direitos creditórios, por meio do qual a Neoenergia transferiu para a Companhia o montante de R\$ 92.000 referente a valores a receber da ELETROBRÁS e tem vencimento no fim do contrato que se encerra em 15 de março de 2015 ou até o integral cumprimento do mesmo. O valor será devidamente atualizado pela remuneração correspondente a 102% do CDI.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/03/14	31/12/13
Banco do Brasil	(a)	Fundo BB Polo	01/06/2014 20/04/2017	CDI	386	331
Total					<u>386</u>	<u>331</u>
Circulante					39	34
Não circulante					347	297

- (a) Correspondente a ativos do Fundo BB Polo, que possuem prazo para resgate acima de 90 dias, sendo o primeiro vencimento em junho de 2014 e o último em abril de 2017.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	31/03/14	31/12/13
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	2.622	12.991
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	838	5.571
Programa de integração social - PIS	(b)	2.088	2.089
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(b)	3	2
Outros		5	5
Total		<u>5.556</u>	<u>20.658</u>

- (a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados. A redução é explicada pela compensação destas antecipações com os valores totais a pagar referente ao ano de 2013.

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Em 31 de março de 2014
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Correspondente ao alargamento da base de cálculo – A Companhia impetrou mandado de segurança com pedido de Liminar, em 21 de julho de 2004, em curso no Tribunal Regional Federal – 1ª. Região, arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98 que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. A matéria foi julgada pelo STF resultando na declaração de inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo. Exaurido a fase recursal sem êxito para o Erário Federal, a Companhia, com base na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que a recuperação desses tributos é praticamente certa, e, observando as exigências da Deliberação CVM nº 489, que aprovou a NPC 22 do Conselho Federal da Contabilidade, procedeu, no mês de setembro de 2010 o registro contábil do indébito tributário, que será compensado com outros tributos federais após homologação da Receita Federal do Brasil.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

	Ref.	31/03/14	31/12/13
Imposto de renda e contribuição social	(a)	1.636	1.271
Diferido ativo		8.484	8.164
Diferido passivo		(6.848)	(6.893)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	5.215	5.518
Total		<u>6.851</u>	<u>6.789</u>

(a) Imposto de renda e contribuição

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída à alíquota de 9%.

	Ativo			
	31/03/14		31/12/13	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	5.146	1.287	4.074	1.019
	5.146	1.287	4.074	1.019
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	3.873	349	2.801	252
	3.873	349	2.801	252
Total		<u>1.636</u>		<u>1.271</u>

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Em 31 de março de 2014
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Ativo	31/03/14		31/12/13	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão jurídicas	3.624	3.624	3.523	3.523
Provisão PLR	2.210	2.210	1.526	1.526
Depreciação indedutível (provisão para contingências ambientais)	5.511	5.511	5.460	5.460
Ajustes RTT				
Uso do bem público	11.111	11.111	10.809	10.809
Diferença de amortização de diferido	1.560	1.560	1.756	1.756
Outros ajustes de RTT	1.273	-	1.273	-
Total Ativo	25.289	24.016	24.347	23.074
Passivo (-)				
Ajustes RTT				
Ajuste da quota anual de amortização	(18.584)	(18.584)	(18.697)	(18.697)
Uso do bem público	(1.559)	(1.559)	(1.576)	(1.576)
Total Passivo	(20.143)	(20.143)	(20.273)	(20.273)
Total Líquido	5.146	3.873	4.074	2.801

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pelo CPC 32 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de março de 2014 e 2013.

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ref.	Período acumulado de três meses findos em			
	31/03/14		31/03/13	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	43.547	43.547	29.199	29.199
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(303)	(303)	(303)	(303)
Ajustes decorrentes do RTT	236	236	(1.545)	(272)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	43.480	43.480	27.351	28.624
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	10.870	3.913	6.838	2.576
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Outras adições	149	56	73	26
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(131)	(47)	(147)	(53)
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(2)	-	(2)	-
Outras exclusões	(19)	(5)	(11)	(5)
	(152)	(52)	(160)	(58)
Imposto de renda e contribuição social no período	10.867	3.917	6.751	2.544
Diferido de diferença temporária de RTT	(59)	(21)	394	27
Imposto de renda e contribuição social no resultado	10.808	3.896	7.145	2.571
Corrente	11.076	3.993	7.147	2.576
Recolhidos e Pagos	1.483	824	4.024	1.595
Á pagar	8.613	3.169	2.932	981
Compensados e deduzidos	980	-	191	-
Diferido	(268)	(97)	(2)	(5)
	10.808	3.896	7.145	2.571

(a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa nº 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Avaliação dos impactos da Medida Provisória 627

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes, especialmente relacionados com juros sobre capital próprio, não relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia. A Administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

(b) Benefício fiscal – Ágio incorporado da controladora

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da permissão/autorização.

Tendo em vista que o fundamento econômico do ágio foi a aquisição do direito de autorização delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285, de 31 de julho de 1998, a Companhia mantém o registro contábil (líquido da provisão entre o valor do ágio e o benefício fiscal respectivo) no ativo.

Em 11 de dezembro de 2006, por meio de reunião do Conselho de Administração e da Assembléia Geral Extraordinária da ITAPEBI realizada em 27 de dezembro de 2006, foi aprovada a conclusão do processo de reestruturação societária a fim de transferir para a ITAPEBI o benefício fiscal do ágio de R\$ 53.477, pago pela NEOENERGIA S.A. na aquisição das ações da ITAPEBI pertencentes à COELBA, em novembro de 2004.

Para tanto, em reunião do Conselho de Administração da NEOENERGIA S.A. realizada em 10 de novembro de 2006 foi aprovado aumento de capital na sociedade de propósito específico (SPE) Guaraniana Participações S/A integralizado por meio da contribuição com as ações e o ágio referentes ao investimento da NEOENERGIA S.A. na ITAPEBI, na data base de 31 de outubro de 2006. O processo foi concluído com a incorporação pela ITAPEBI de sua então controladora, e respectivamente do ágio e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas demonstrações contábeis, o valor do ágio, líquido da provisão, que, em essência, representa o benefício fiscal incorporado, foi classificado no balanço patrimonial no ativo não circulante, com base na expectativa de realização do benefício fiscal.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Sociedade apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são de R\$ 5.215 e R\$ 5.518 respectivamente. Este saldo será amortizado até o final do período de concessão.

8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei:

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Em 31 de março de 2014
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/03/14	31/12/13
Trabalhistas	1.651	1.651
Cíveis	1.606	1.577
Fiscais	<u>72</u>	<u>72</u>
Total	<u><u>3.329</u></u>	<u><u>3.300</u></u>

9. IMOBILIZADO

	31/03/14			31/12/13	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação		Depreciação amortização acumulada	Valor	
	(%)	Custo		Líquido	Líquido
<u>Em serviço</u>					
Terenos		10.433	-	10.433	10.433
Reservatórios, barragens e adutoras	2,33%	286.304	(68.365)	217.939	219.418
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,55%	222.419	(87.251)	135.168	136.294
Máquinas e equipamentos	4,06%	97.404	(34.575)	62.829	63.642
Veículos	14,3%	990	(437)	553	583
Móveis e utensílios	6,3%	596	(348)	248	256
		<u>618.146</u>	<u>(190.976)</u>	<u>427.170</u>	<u>430.626</u>
<u>Em curso</u>					
Reservatórios, barragens e adutoras		155		155	155
Edificações, obras civis e benfeitorias		3.605		3.605	3.075
Máquinas e equipamentos		3.799		3.799	3.788
Veículos		194		194	-
Móveis e utensílios		655		655	655
Outros		<u>19</u>		<u>19</u>	<u>2</u>
		<u>8.427</u>		<u>8.427</u>	<u>7.675</u>
Total		<u><u>626.573</u></u>	<u><u>(190.976)</u></u>	<u><u>435.597</u></u>	<u><u>438.301</u></u>

A movimentação do saldo do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Em serviço			Em curso	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013	617.989	(174.339)	443.650	5.609	449.259
Adições	-	-	-	2.687	2.687
Baixas	(464)	377	(87)	-	(87)
Depreciação	-	(13.558)	(13.558)	-	(13.558)
Transferências	621	-	621	(621)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>618.146</u>	<u>(187.520)</u>	<u>430.626</u>	<u>7.675</u>	<u>438.301</u>
Adições	-	-	-	752	752
Depreciação	-	(3.456)	(3.456)	-	(3.456)
Saldo em 31 de março de 2014	<u><u>618.146</u></u>	<u><u>(190.976)</u></u>	<u><u>427.170</u></u>	<u><u>8.427</u></u>	<u><u>435.597</u></u>

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

bens, definida pela ANEEL.

Decorrido o prazo de vigência da concessão e de sua eventual prorrogação, os bens e instalações realizados para a geração independente de energia elétrica e vinculados a concessão passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, conforme Contrato de Concessão de Geração N° 37/99 – ANEEL.

10. INTANGÍVEL

Por atividade, o intangível está constituído da seguinte forma:

	31/03/2014			31/12/13	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Em serviço</u>					
Direito de uso da concessão	3%	2.806	(1.317)	1.489	1.508
Direito de uso de software	20%	258	(186)	72	80
		3.064	(1.503)	1.561	1.588
<u>Em curso</u>					
Direito de uso de software		965		965	965
		965		965	965
Total		4.029	(1.503)	2.526	2.553

Em 28 de maio de 1999, a Companhia (Concessionária) celebrou o contrato de concessão de geração n° 37/99, com o intuito de regular a exploração, pela Concessionária, do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Jequitinhonha, no Município de Itapebi, Estado da Bahia, denominado aproveitamento Hidrelétrico Itapebi, com potência instalada mínima de 450 MW, cuja concessão foi outorgada pelo Decreto de 08 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União de 09 de abril de 1999. Como retribuição pela outorga da concessão objeto desse contrato, a Companhia pagará à União, ao longo do prazo de vigência de 35 anos e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 477, do 6° ao 35° ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura deste contrato, sendo este montante atualizado anualmente pelo IGP-M.

De acordo com o OCPC 05, para os contratos em que se entende que o direito e a correspondente obrigação nascem para o concessionário simultaneamente quando da assinatura do contrato de concessão (autorização), o ativo intangível é inicialmente (no termo de posse) mensurado pelo custo. No caso de outorga fixa, o custo correspondente aos valores já despendidos e a despendido no futuro devem ser reconhecidos a valor presente, conforme dispositivos do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em se tratando de outorga variável, por exemplo, com base na receita do período, seu montante deve ser registrado como despesa do período concomitantemente à receita que o tenha originado.

Assim a Companhia contabilizou os registros do direito de uso de bem público, os quais foram descontados ao custo médio ponderado de capital (“*Weighted Average Cost Of Capital – WACC*”) na data de início da concessão. O ativo intangível vem sendo amortizado de forma linear ao longo da vida útil econômica da concessão, enquanto o passivo atualizado ao valor presente, acrescido da

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Em 31 de março de 2014
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

taxa de desconto mais a inflação do período, cujo saldo em 31 de março de 2014 é de R\$ 13.855 (R\$ 13.553 em 31 de dezembro de 2013).

11. FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é como segue:

Fornecedores	Ref.	31/03/14	31/12/13
Energia elétrica:		11.616	1.472
Terceiros	(a)	10.979	962
Partes relacionadas (Nota 19)		637	510
Encargos de uso da rede		2.679	2.418
Terceiros		2.673	2.412
Partes relacionadas (Nota 19)		6	6
Materiais e serviços		2.785	4.545
Terceiros		2.727	3.907
Partes relacionadas (Nota 19)		58	638
Total		17.080	8.435
Circulante		17.080	8.435

- (a) O saldo em 31 de março de 2014 refere-se a compra de energia de fevereiro e março de 2014, cuja liquidação financeira na CCEE estão previstos para 28 de abril de 2014 e 10 de maio de 2014 respectivamente. O saldo em 31 de dezembro de 2013 refere-se a compra de energia de dezembro, cuja liquidação financeira na CCEE ocorreu em 05 de fevereiro de 2014.

12. DEBÊNTURES E ENCARGOS

Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	31/03/14			31/12/13
					Encargos	Principal		Total
					Circulante	Não Circulante	Total	Total
3ª Emissão	3a.	20.000	111% CDI a.a.	111% CDI	9.398	200.000	209.398	203.961
(-) Custos de transação					(158)	(163)	(321)	(360)
					9.240	199.837	209.077	203.601
Total					9.240	199.837	209.077	203.601

Em 20 de abril de 2011 a Companhia concluiu a operação de captação de recursos no mercado nacional por meio da 3ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 200.000 mil, com prazo de 6 anos sendo 4 anos de carência para amortização do principal, e juros pagos semestralmente com custo de 111% do CDI. Foram emitidas 20.000 debêntures simples, não conversíveis em ações. Os recursos foram destinados para a melhora do perfil de dívida da Companhia.

A 3ª emissão de debêntures foi destinada exclusivamente a investidores qualificados, conforme definidos na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, e observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

As debêntures foram registradas (i) para distribuição no mercado primário através do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, e (ii) para negociação em mercado secundário através do SND –

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Módulo Nacional de Debêntures, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das debêntures e a liquidação financeira realizadas através da CETIP.

Os recursos captados através da 3ª emissão de debêntures serão destinados ao ajuste do perfil de dívidas da Companhia.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

	31/03/14			31/12/13		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2015	80.000	(111)	79.889	80.000	(81)	79.919
2016	80.000	(50)	79.950	80.000	(81)	79.919
2017	40.000	(2)	39.998	40.000	(40)	39.960
Total	200.000	(163)	199.837	200.000	(202)	199.798

A mutação das debêntures, as quais estão denominadas em moeda nacional, é a seguinte:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
Saldo em 01 de janeiro de 2013	2.673	199.640	202.313
Encargos	17.544	-	17.544
Amortizações e pagamentos de juros	(16.414)	-	(16.414)
(-) Custos de transação	-	158	158
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.803	199.798	203.601
Encargos	5.437	-	5.437
(-) Custos de transação	-	39	39
Saldo em 31 de março de 2014	9.240	199.837	209.077

Condições restritivas financeiras (covenants)

Conforme Escritura da 3ª emissão de debêntures simples temos cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré estabelecidos, como segue:

- 3ª Emissão de debêntures Simples - Relação dívida Líquida/EBTIDA menor que 3,0 (três) e Relação EBTIDA/Resultado Financeiro maior que 2 (dois).

Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Para a operação acima foi dada em garantia aval/fiança da Neoenergia.

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Em 31 de março de 2014
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. TAXAS REGULAMENTARES

	31/03/14	31/12/13
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	218	236
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.253	1.981
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	72	74
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.002	1.704
Ministério de Minas e Energia - MME	109	118
Total	2.654	4.113
Circulante	1.400	2.133
Não circulante	1.254	1.980

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Ref.	31/03/14	31/12/13
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	11.083	48.353
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	3.993	17.410
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS		47	47
Programa de integração social - PIS		195	238
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS		898	1.097
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		327	332
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS		42	42
Impostos e contribuições retidos na fonte		570	561
Total		17.155	68.080

- (a) Referem-se aos valores provisionados de IRPJ e CSLL a pagar no decorrer do período. A redução é explicada pela compensação das antecipações de 2013 com os valores totais a pagar do mesmo exercício conforme mencionado na nota 6.

15. PROVISÕES PASSIVAS

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.233	284	8	9.615	13.140
Constituição	-	-	-	221	221
Baixas/reversão	-	-	(1)	(105)	(106)
Atualização	88	13	-	-	101
Saldo em 31 de março de 2014	3.321	297	7	9.731	13.356

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Em 31 de março de 2014
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Licença Ambiental

Contingência Ambiental	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					31/03/14	31/12/13
Licença Ambiental	(a)	9.731	1ª, 2ª e 3ª	Provável	9.731	9.615
		271	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		10.002			9.731	9.615

- (a) A administração da Companhia firmou, em 21 de novembro de 2002, acordo com o autor da ação popular, impetrada em setembro de 2002, e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, visando definir a compensação adicional de impacto sócio-ambientais decorrentes da implantação do empreendimento denominado Usina Hidroelétrica de Itapebi. As deliberações contidas no acordo compreendem, dentre outras: elaboração de estudos, regularização fundiária das unidades, elaboração de plano de manejo e proteção. Esse acordo foi valorizado em R\$ 8.042 e provisionado no balanço de 31 de dezembro de 2002. Adicionalmente, foi adicionado o valor de R\$ 12.868, como condicionante da licença de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, a Companhia desenvolveu novos projetos definindo medidas ambientais compensatórias da exploração do potencial hidrelétrico relacionadas à aquisição de terras, assessoria ambiental, assessoria jurídica, administração do meio ambiente, incluindo consolidação, monitoramento e proteção ambiental. Atualmente o valor da contingência é de R\$ 9.731 devido à realização dos projetos ambientais relacionados a esta provisão.

Contingências Fiscais

Contingências Fiscais	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					31/03/14	31/12/13
IRPJ / CSLL / PIS / COFINS	(b)	42.067	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
IRPJ / CSLL - ÁGIO	(c)	32.259	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
IRRF	(d)	7.532	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras		19	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		81.877			-	-

- (b) Contingências Fiscais decorrentes de compensações (PERDCOMP) não homologadas no valor de R\$ 31.252 e Imposto sobre excesso de JSCP acrescido de outros encargos, do ano calendário de 2004 no valor de R\$ 10.815.
- (c) Em 29 de dezembro de 2011 a Itapebi recebeu auto de infração decorrente da não adição da despesa de ágio contabilizada no período de 2006 a 2010 nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A Companhia apresentará impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.
- (d) Encargos moratórios sobre IRRF não retido sobre JSCP pago a Neoenergia (2007 a 2010).

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Em 31 de março de 2014
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contingências Cíveis

Contingências Cíveis	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					31/03/14	31/12/13
Indenização por perdas	(e)	50.551	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	(f)	297	1ª, 2ª e 3ª	Provável	297	284
Outras	(g)	101	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		50.949			297	284

- (e) Requerimento de diversas indenizações por danos morais e materiais.
- (f) Ação de Execução que visa o recebimento de honorários advocatícios em razão da prestação de serviços.
- (g) Ação declaratória no valor de R\$ 18 com obrigação de fazer, restituição de indébito e dano material com pedido de tutela antecipada referente a valores apurados de estoque pesqueiro e ação declaratória de nulidade de testamentos e de negócios jurídicos, reivindicação de frutos, lucros cessantes, juros legais, perdas e danos e atualização monetária no valor de R\$ 83.

Contingências Trabalhistas

Contingências Trabalhistas	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					31/03/14	31/12/13
Ex-empregados da Companhia	(j)	2.134	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.134	2.076
	(j)	1.167	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	(j)	719	1ª, 2ª e 3ª	Provável	719	698
	(j)	402	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Empregados	(j)	468	1ª, 2ª e 3ª	Provável	468	459
Total		4.890			3.321	3.233

- (h) Trata-se de reclamações trabalhistas de funcionários, ex-funcionários ou ex-funcionários terceirizados que pleiteiam diversas verbas trabalhistas.

Resolução CNPE nº 03/2013

As empresas de geração e comercialização do Grupo Neoenergia, por meio das associações ao qual participam, ajuizaram ações judiciais visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, que instituiu, dentre outras disposições, uma nova forma rateio dos custos de despacho térmico adicional, para garantia de suprimento energético, passando a ser rateado entre todos os agentes do mercado de energia elétrica. Estes custos incorporam os chamados Encargos de Serviço do Sistema – ESS.

Entre maio/2013 e junho/2013 foram concedidas liminares no âmbito das ações ordinárias ajuizadas pelas Associações representantes dos agentes de geração e comercialização, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo o rateio dos custos supracitados pelos agentes representados nas respectivas associações.

Em síntese, as teses defendidas nas ações judiciais abrangem a inversão do ônus da utilização do Sistema, que conduz o produtor e/ou comercializador a arcar com tais custos em desacordo com as leis e normativos aplicáveis ao Setor Elétrico, bem como a ofensa ao princípio da reserva legal, e usurpação de competência do Congresso Nacional para criação de subsídio sem a edição de Lei e

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

sem a previsão de compensação econômico-financeira.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia e das controladas classificaram o risco de perda como possível, motivo pelo qual não se constitui provisão. O valor da contingência na Companhia é de R\$ 3.662.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

A composição do capital social realizado por classe de ações e principais acionistas em e 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

Acionistas	2014		2013	
	Ações Ordinárias (em milhares)		Ações Ordinárias (em milhares)	
	Única	%	Única	%
Neoenergia S.A.	10.500	42,00%	10.500	42,00%
Termopernambuco S.A.	14.500	58,00%	8.850	35,40%
Iberdrola S.A.	-	0,00%	5.650	22,60%
Total	25.000	100,00%	25.000	100,00%

Em 11 de fevereiro de 2014 foi assinado o contrato de compra e venda de ações referente a venda da participação da Iberdrola Energia S.A. na Itapebi Geração de Energia S.A., sendo a Termopernambuco S.A. a compradora, possuindo atualmente o total de participação acionária de 58%, conforme publicado em fato relevante no dia 12 de fevereiro de 2014.

Reserva Especial de Ágio

Essa reserva representa a formação da reserva especial do ágio como resultado da reestruturação societária da sociedade, que gerou o reconhecimento do crédito fiscal diretamente no patrimônio. (vide nota explicativa nº 7).

17. RECEITA LÍQUIDA

Ref.	Período de três meses findos em	
	31/03/14	31/03/13
Fornecimento de energia	87.007	80.653
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	3.317	-
Total receita bruta	90.324	80.653
(-) Deduções da receita bruta	(4.352)	(3.720)
Total receita operacional líquida	85.972	76.933

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
 NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Em 31 de março de 2014
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica é a seguinte:

	Período acumulado de três meses findos em					
	Nº de consumidores		MWh (*)		R\$ mil	
	faturados (*)					
	31/03/14	31/03/13	31/03/14	31/03/13	31/03/14	31/03/13
Suprimento	2	2	436.102	463.102	87.007	80.653
Total	2	2	436.102	463.102	87.007	80.653

(*) Não auditado

O aumento na receita de fornecimento de energia deve-se ao reajuste de 8,1% no preço dos contratos de energia conforme mencionado na nota 4.

(b) Deduções da receita bruta

	Período de três meses findos em	
	31/03/14	31/03/13
IMPOSTOS:		
PIS	(620)	(525)
COFINS	(2.863)	(2.426)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(869)	(769)
Total	(4.352)	(3.720)

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custo / Despesas	Ref.	Período acumulado de três meses findos em			
		31/03/14		31/03/13	
		Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal		(4.577)	(796)	(5.373)	(3.920)
Administradores		(154)	(8)	(162)	(10)
Entidade de previdência privada		-	(181)	(181)	(167)
Material		(73)	(45)	(118)	(83)
Serviços de terceiros		(805)	(1.489)	(2.294)	(2.112)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSSE		(216)	-	(216)	(222)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH		(1.826)	-	(1.826)	(967)
Energia elétrica comprada para revenda	(a)	(17.393)	-	(17.393)	(26.870)
Encargos de uso de rede		(6.525)	-	(6.525)	(7.780)
Depreciação e amortização		(3.396)	(87)	(3.483)	(3.145)
Arrendamentos e aluguéis		(3)	(169)	(172)	(345)
Tributos		(8)	(142)	(150)	(215)
Outros		(296)	(184)	(480)	(345)
Total custos / despesas		(35.272)	(3.101)	(38.373)	(46.083)

(a) A variação entre os dois períodos é explicada pela maior necessidade de compra de energia em 2013 devido à baixa geração de energia naquele período. O volume de compra no 1º trimestre de 2014 foi de 33.365,25 Mwh (74.600,08 Mwh no 1º trimestre de 2013).

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
 Em 31 de março de 2014
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

	31/03/2014			31/03/2014			31/03/2013			31/12/2013				
	Ref.	Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo				
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total		
Controladas														
NEOENERGIA S.A.	(74)					292	292	(211)			686	541	1.227	
COELBA	86.971	29.955		29.955		3.637	3.637	80.460	58.944		58.944	13	2.597	
CELPE			134	134		936	936		116	116			587	
COSERN		11		11	1.709		1.709		9	9			1.004	
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.			212	212		212	212		182	182			182	
TERMOPEERNAMBUCO S/A			24	24		223	223		24	24			2.664	
NEOENERGIA OPERACAO E MANUTENCAO S.A.	(370)					30	30						237	
BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.			1.932	1.932		195	195		1.932	1.932			96	
GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.			2.127	2.127		119	119		2.127	2.127			59	
GERAÇÃO CIII S.A.			1.951	1.951		104	104		1.951	1.951			61	
RIO PCH I S.A.						192	192						96	
BAHIA PCH I S.A.						201	201						102	
SE NARANDEIRA S.A.	(2)				1	87	88	(2)					1	
GERAÇÃO CÉU AZUL S.A.													5	
NEOENERGIA S.A.	(1.827)		1.236	1.236	637	212	849	(8.707)	1.236	1.236	510	152	662	
NEOENERGIA SERVIÇOS LTDA						55	55						30	
AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.						34	34						10	
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(16)				6	285	291	(244)			5	143	148	
ENERGYWORKS DO BRASIL LTDA						280	280						166	
CAPUAVA ENERGY LTDA.						133	133						68	
POTIGUAR SUL TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A.													5	
		84.682	29.966	7.616	37.582	2.353	7.227	9.580	71.296	58.944	7.577	66.521	1.214	8.813
Controlado conjunto														
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA						828	828						387	387
BELO MONTE PARTICIPACOES SA.						10	10						6	6
BAHIA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.			520	520					520	520				
PCH ALTO RIO GRANDE S.A.			495	495					495	495				
COMPANHIA HIDRELÉTRICA TELESPIRES						12	12						3.063	3.063
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES						2.113	2.113						7	7
FE PARTICIPAÇÕES S/A													34	34
FORÇA EÓLICA DO BRASIL S/A													25	25
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A						50	50						24	24
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A						70	70						62	62
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A						109	109						64	64
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A						44	44						9	9
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A						56	56						11	11
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A						68	68						40	40
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A						85	85						71	71
CAETITÉ 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A						50	50						19	19
CAETITÉ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A						78	78						36	36
CAETITÉ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A						73	73						44	44
				1.015	1.015		3.646	3.646			1.015	1.015		3.902
Controladores														
Previ - Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil												237		237
Iberdrola Energia S.A.	(58)					58	58	(96)				281	604	885
BB - Banco de Investimentos S.A.												240		240
	(58)					58	58	(96)				758	604	1.362
		84.624	29.966	8.631	38.597	2.411	10.873	13.284	71.200	58.944	8.592	67.536	1.972	13.319
														15.291

	31/03/2014			31/03/2014			31/03/2013			31/12/2013				
	Ref.	Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo				
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	Total				
Receita		87.007					80.521							
Forneçimento de energia elétrica	(a)	87.007					80.521							
Despesa		(2.383)					(9.321)							
Energia elétrica comprada para revenda	(b.1)	(1.827)					(8.707)							
Encargos de uso do sistema de transmissão	(b.2)	(18)					(23)							
Serviços de terceiros	(b.3)	(538)					(591)							
Ativo		29.966	8.631	38.597			58.953	8.583	67.536					
Títulos e valores mobiliários		11	347	358			9	298	307					
Contas a receber de clientes e outros	(a)	29.955		29.955			58.944		58.944					
Outros ativos	(c)		8.284	8.284				8.285	8.285					
Passivo					2.411	10.873	13.284				3.805	11.486	15.291	
Fornecedores	(b)				701	701					1.357	-	1.357	
Dividendos e juros sobre capital próprio											1.374	-	1.374	
Outros passivos											70	13	83	
Debêntures					1.710	10.873	12.583				1.004	11.473	12.477	
		84.624	29.966	8.631	38.597	2.411	10.873	13.284	71.200	58.953	17.166	67.536	3.805	22.972
														15.291

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- a) COELBA – Contratos bilaterais n°. 4600007239 e 4600010159, de compra e venda de energia elétrica, com vigência até 15 de abril de 2017 e novembro de 2016, respectivamente, corrigido anualmente pela variação do IGPM.
- b) Referem-se aos itens relacionados abaixo:
 - b.1) NC Energia - Contrato de compra e venda de energia elétrica, corrigido pela variação do IGP-M, juros de 1% a.a e multa de 2%.
 - b.2) Afluente Transmissão – Uso de rede – Contrato de prestação de serviços de transmissão, entre Coelba, Afluente e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico.
 - b.3) Neoenergia O & M – Refere-se ao serviço de Operação e Manutenção da UHE Itapebi;
- c) Refere-se ao pessoal alocado nos projetos pagos pela ITAPEBI.

A remuneração total dos administradores em 31 de março de 2014 foi de R\$ 162 (R\$ 10 em 31 de março de 2013), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios legais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

20. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM n°. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Considerações gerais e Políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da *holding*. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem *rating* considerado estável ou muito estável.

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de março de 2014.

Em 31 de março de 2014, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são valores considerados como mantidos para negociação e por isso classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários – Representam os fundos restritos compostos por papéis com prazo para resgate acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já esta refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, o Grupo entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Para o direito de uso de bem público, o custo correspondente aos valores já despendidos e a depender no futuro foram reconhecidos a valor presente e descontados ao custo médio ponderado de capital (“*Weighted Average Cost Of Capital – WACC*”) na data de início da concessão. O passivo atualizado ao valor presente, acrescido da taxa de desconto mais a inflação do período.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. As *assets* possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código Anbima de Regulação e Melhores práticas.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta o valor contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto na CPC 38:

	31/03/14		31/12/13	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	121.955	121.955	61.761	61.761
Contas a receber de clientes e outros	121.955	121.955	61.761	61.761
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	30.948	30.948	81.593	81.593
Caixa e equivalentes de caixa	30.562	30.562	81.262	81.262
Títulos e valores mobiliários	386	386	331	331
Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	240.012	240.012	225.589	225.589
Fornecedores	17.080	17.080	8.435	8.435
Debêntures	209.077	209.077	203.601	203.601
Concessão do Serviço Público (Uso do Bem Público)	13.855	13.855	13.553	13.553

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação, conforme previsto na CPC 40:

Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;

Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

	31/03/14			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos				
Ativos financeiros				
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	152	30.410	-	30.562
Títulos e valores mobiliários	-	386	-	386
	<u>152</u>	<u>30.796</u>	<u>-</u>	<u>30.948</u>

Fatores de Risco

- Riscos financeiros
- ✓ Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. As debêntures emitidas pela Companhia são atreladas ao CDI, que é considerada a taxa de juros do mercado. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de março de 2014, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como debêntures atreladas ao CDI. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	2,4%	30.796	748	561	374
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	2,4%	209.077	5.478	6.848	8.218

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao *rating* das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de março 2014 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 30.410 em fundos restritos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de caixa das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	31/03/14					
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 3 meses	2015	2016	2017
Passivos financeiros não derivativos:						
Debêntures	209.077	251.156	10.718	103.725	93.961	42.752
Fornecedores	17.080	17.080	8.540	8.540	-	-

- Riscos operacionais

✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os ativos financeiros oriundos da principal atividade realizada pela Companhia que é o de geração de energia, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a companhia segue as disposições da Política de Crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para as empresas do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades fins da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

Sua principal exposição de risco de crédito é oriunda da possibilidade da empresa vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber realizando diversas ações de cobrança. Além disso, os clientes da Companhia têm firmado um Contrato de Constituição de Garantia de Pagamento e Fiel Cumprimento das Obrigações.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros da Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	30.562	81.262
Títulos e valores mobiliários	386	331
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	121.955	61.761

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em

Notas Explicativas

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 31 de março de 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, as usinas térmicas disponíveis e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para o próximo ano um novo programa de racionamento.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão

de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Itapebi Geração de Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Itapebi Geração de Energia S.A. ("Itapebi" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as

informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2014

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle

Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ